

ANEXO I

Minutas de Anteprojeto de Lei e Decreto Regulamentador

PROJETO DE LEI Nº [•], DE [•] DE [•] DE 2021.

DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP, AS FUNÇÕES DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. A redação do art. 6º da Lei Complementar n. 1.025 de 07 de dezembro de 2007 passa a conter os seguintes parágrafos em adição a sua redação original:

§4º A ARSESP é responsável pelo acompanhamento, pela orientação, pela fiscalização e pela penalização dos agentes integrantes da indústria tangente ao desenvolvimento dos serviços públicos de loterias no âmbito do território estadual.

§5º O serviço público de loterias se caracteriza pela exploração das atividades envolvendo produtos lotéricos com sorteios de prêmios, registro de apostas ou as combinações dessas atividades.

Art. 2º. A Lei Complementar n. 1.025 de 07 de dezembro de 2007 passa a conter um artigo 7-A com a seguinte redação:

Art. 7 – A. Cabe à ARSESP regular o serviço público de loterias e jogos, incluindo todas as modalidades lotéricas envolvendo registro de apostas e sorteios com distribuição de prêmios, que sejam previstos em lei, bem como os que venham a ser, de maneira a assegurar recursos para o cumprimento de sua missão institucional.

§1º. Incumbe à ARSESP a fiscalização da exploração dos serviços lotéricos, em regime de concessão, a fim de garantir o permanente cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas, sobretudo a integridade da distribuição da premiação anunciada e a exatidão do recolhimento dos pagamentos devidos ao estado, tudo conforme os planos lotéricos aprovados pela Agência.

§2º. As loterias federais assim como dos demais estados estão excluídos do âmbito de incidência desta lei.

§3º. Compete à ARSESP, no âmbito dos serviços de que trata o caput do presente artigo:

I - promover e implantar programas e projetos que visem à exploração eficiente e responsável do mercado que envolva sorteios e registro de apostas;

II - articular-se com instituições congêneres de outras unidades da federação, com vistas à conjugação de esforços e à concretização de objetivos comuns;

III - fiscalizar todas as atividades relacionadas à exploração das modalidades de jogos que envolvam sorteios e registro de apostas decidindo, definitivamente, sobre os processos administrativos de sua alçada e, se for o caso, aplicando as multas e as demais medidas sancionatórias previstas em lei, assegurado sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa;

IV - determinar, sempre que necessário, a realização de auditorias, inquéritos, sindicâncias ou outras averiguações tangentes à gestão e funcionamento dos agentes exploradores ou fornecedores do setor, incluindo sua situação econômica, financeira ou tributária, assegurando a integridade da prestação do serviço público de loterias e da exploração dos jogos envolvendo sorteios e o registro de apostas;

V – homologar, ou credenciar entidades certificadoras para tanto, os sistemas técnicos e tecnológicos relacionados aos jogos de maneira geral, incluindo as apostas via rede internacional de computadores ou por qualquer outro meio de comunicação;

VI - disciplinar a exploração das atividades lotéricas, incluindo códigos de conduta ou manuais de boas práticas no âmbito dos jogos de sua competência; e

VII - desenvolver outras atividades correlatas de maneira a assegurar o desempenho eficiente do setor.

§4º. Considera-se como plano lotérico o conjunto de regras que definem as qualidades, quantidades e demais características de um produto lotérico, tais como preço de face do bilhete ou registro das apostas, os prêmios constantes do plano de premiação, a probabilidade de haver premiação, o prazo previsto de circulação, a frequência dos sorteios e as demais especificações que compõem um produto lotérico ou uma série desses produtos.

§5º. Considera-se como plano de premiação o conjunto de regras que definem os bens, quantidades e qualidades, que serão entregues aos apostadores vencedores ou sorteados, bem como a forma de resgate, os prazos de prescrição, as fórmulas do cálculo das probabilidades para apostas de cota fixa ou rateio entre os vencedores, conforme o produto lotérico.

§6º. Os prêmios constantes do plano de premiação, o pagamento das apostas, os tributos incidentes ou as destinações permitidas no parágrafo anterior não são receitas do Poder Público ou da concessionária em função da exploração dos serviços públicos de loterias.

§7º. O pagamento do prêmio será sempre realizado com a

identificação do sorteado ou do vencedor da aposta registrada.

§8º. Os estabelecimentos e pontos de venda responsáveis pela distribuição e venda de bilhetes de loteria ou de outros jogos que envolvam sorteios e registro de apostas estão sujeitos ao licenciamento prévio da ARSESP em conformidade com as normas expedidas pela agência.

§9º. É terminantemente proibida a utilização dos serviços lotéricos aos menores de idade, bem como a compra e ou registro de aposta em favor de menor.

§10. É proibida a comercialização de modalidades lotéricas não previstas na legislação federal.

§11. A ARSESP está autorizada a desenvolver mecanismos de cooperação administrativa com outros entes da Federação, em especial em matéria de prevenção e punição de práticas ilícitas relativas a jogos, sorteios e apostas com exploração física ou via rede mundial de computadores.

Art. 3º. A Lei Complementar n. 1.025 de 07 de dezembro de 2007 passa a conter um artigo 10-A com a seguinte redação:

Art. 10-A Fica vedada a exploração de qualquer modalidade lotérica, incluindo os jogos envolvendo sorteio, distribuição de prêmios e registro de apostas, no âmbito do Estado de São Paulo, sem a prévia autorização da ARSESP, ressalvados os serviços públicos de loteria explorados pela União Federal.

Art. 4º. O serviço de loteria do Estado de São Paulo, criado pela Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021, explorará, diretamente ou indiretamente, as mesmas modalidades lotéricas que tenham sido legalizadas pela União.

Art. 5º. Para a execução do disposto nesta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessários créditos adicionais no Orçamento Anual do Estado de São Paulo, bem como a efetuar as demais adequações orçamentárias ao seu cumprimento.

Art. 6º. O Poder Executivo deverá expedir, anualmente, decreto dispondo sobre a destinação da outorga variável apurada pela exploração dos serviços públicos de loterias do Estado de São Paulo, conforme levantamento da ARSESP, até 31 de dezembro do ano anterior, para ser executado no transcorrer do cada exercício financeiro, em conjunto com o saldo financeiro disponível no correr do mesmo exercício, ao custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 30 dias, contados de sua publicação.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

SÃO PAULO, [•] de [•] de 2021.

Governador do Estado de SÃO PAULO

DECRETO Nº [•], DE [•] DE [•] DE 2021.

DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES E ATIVIDADES PRÓPRIAS DA LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO SÃO PAULO, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº (número do processo);

CONSIDERANDO:

- o teor da Lei n. ____/2021, e
- a necessidade de supervisão aos programas e projetos de interesse social, da assistência às populações carentes, bem como apoio às atividades governamentais, DECRETA:

Art. 1º - Os valores decorrentes da outorga variável apurada pela exploração dos serviços públicos de loterias do Estado de São Paulo, conforme mensurado pela ARSESP, até 31 de dezembro do ano anterior, será executado no transcorrer do presente exercício financeiro, observado o disposto no art. 6º da Lei n. ____/2021, e será aplicado em conjunto com o saldo financeiro disponível no correr do mesmo exercício, em programas e ações voltados à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado, conforme as seguintes destinações:

[Incisos com as devidas partilhas]

§ 1º - Considera-se outorga variável para efeito deste Decreto o remanescente da arrecadação da exploração da Loteria, após a dedução de todos os dispêndios, tais como tributos, custeios, premiações, investimentos, remuneração do concessionário e reserva técnica.

§ 2º A Secretaria Estadual de Fazenda deverá realizar os repasses tratados no

caput deste artigo via descentralização de recursos financeiros nos termos da Legislação competente.

Art. 2º Os recursos alocados às atividades de interesse social constituirão objeto de processo de prestação de contas, em que será demonstrado, ainda, o resultado de execução de programas ou projetos previamente autorizados pelas pastas de destino.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO PAULO, ____ de ____ de 2021

Governador do Estado de SÃO PAULO